

I - INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PREVENTIVA

VERSÃO MARÇO 2014

CONSULTAR
RELATÓRIO SÍNTESE DO FÓRUM DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA
http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/anexos/forum/Relatorio_Sintese.pdf

ÍNDICE GERAL

II – PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO	7
2. ENQUADRAMENTO TEMÁTICO	8
3. METODOLOGIA	9
4. CRONOLOGIA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDM DE ODIVELAS	10
5. AS INICIATIVAS	13
BIBLIOGRAFIA	34

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.	SUGESTÕES APRESENTADAS NO ÂMBITO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDMO 2001 A 2011	15
FIGURA 2.	TIPO DE SUGESTÕES APRESENTADAS NO ÂMBITO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDMO 2001 A 2011 (%)	16
FIGURA 3.	ENQUADRAMENTO DOS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO DE USO DO SOLO SUJEITOS ÀS CONDICIONANTES EM VIGOR.....	19
FIGURA 4.	DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO DE USO DO SOLO NO PDM EM VIGOR, DE ACORDO COM O NÚMERO DE CONDICIONANTES	20
FIGURA 5.	ENQUADRAMENTO DOS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO DE USO DO SOLO, POR FREGUESIA, NO PDM EM VIGOR, DE ACORDO COM O NÚMERO DE CONDICIONANTES	20

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1.	PESO E DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE SUGESTÕES AO PDM EM ELABORAÇÃO POR FREGUESIAS – 2001 A 2011 (%)	17
TABELA 2.	ENQUADRAMENTO DOS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO DO USO DO NO ORDENAMENTO DO PDM EM VIGOR – 2001 A 2011.....	18
TABELA 3.	GRELHA DE ANÁLISE TEMÁTICA DOS CONTRIBUTOS DAS SESSÕES DOS FÓRUM DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA.....	24
TABELA 4.	DÚVIDAS DISTRIBUÍDAS POR VETOR ESTRATÉGICO	26
TABELA 5.	ÂMBITO TERRITORIAL DAS DÚVIDAS POR VETOR ESTRATÉGICO	26
TABELA 6.	RECOMENDAÇÕES POR VETOR ESTRATÉGICO	28
TABELA 7.	ÂMBITO TERRITORIAL DAS RECOMENDAÇÕES POR VETOR ESTRATÉGICO	28

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I

Aviso da II Série do Diário da República

ANEXO II

Aviso à População

ANEXO III

Ciclo de Seminários “Os desafios do desenvolvimento sustentável”

ANEXO IV

Fórum desenvolvimento e cidadania

ANEXO V

Página WEB

ANEXO VI

Exposição Itinerante

ANEXO VII

Revista “Odivelas... O futuro constrói-se hoje.”

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório integra o conjunto de volumes que acompanham a proposta de plano do Plano Diretor Municipal de Odivelas (PDMO).

Com o objetivo de dar a conhecer, de forma sistematizada, as várias iniciativas destinadas a promover a prática do exercício de cidadania no contexto da elaboração do plano, este relatório constitui uma abordagem sumária ao procedimento levado a cabo.

Com efeito e não obstante o enquadramento legal que prevê a participação da população ao longo de todo o processo de elaboração e/ou revisão de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)¹, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) procurou ter uma atuação que, simultaneamente, desse cumprimento a um requisito legal e incorporasse as preocupações inscritas na agenda internacional no que respeita a novas formas de governação, capazes de promover a sustentabilidade global através de uma atuação local.

Neste sentido, as iniciativas levadas a cabo e que se integram nas fases de acompanhamento e concertação do processo de elaboração do PDMO, aparecem associadas a outras valências do conceito de cidadania, prosseguindo uma lógica de complementaridade e continuidade.

A promoção da participação aparece, então, agregada a um conjunto de iniciativas de divulgação, sensibilização e informação com o intuito de proporcionar uma intervenção cívica mais esclarecida.

Este relatório apresenta-se estruturado da seguinte forma: no **ponto 2** é feito um enquadramento temático que visa posicionar a orientação desta autarquia em matéria de participação e sua importância para a prática do ordenamento do território; no **ponto 3** é apresentada a metodologia adotada na condução do processo de promoção do exercício de cidadania no contexto da elaboração do PDMO; no **ponto 4** é apresentada uma cronologia que apresenta a progressão dos trabalhos de acordo com a tramitação procedimental associada à elaboração destes Planos Municipais de Ordenamento do Território e, por fim, no **ponto 5** são apresentadas as diversas iniciativas realizadas.

Em volume anexo a este relatório são incluídos alguns registos associados a cada uma das iniciativas.

¹ Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto que estabelece as bases da política de ordenamento do território e urbanismo e Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro na redação dada pelo Decreto-lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

2. ENQUADRAMENTO TEMÁTICO

A participação da população nos processos de tomada de decisão é um dos elementos que dá forma à prática do exercício de cidadania que passa pela atividade de informar, respeitar a diferença, intervir ativamente e partilhar responsabilidades na resolução dos problemas que afetam a qualidade de vida da comunidade, do país e do planeta em que vivemos, tornando-se, por conseguinte, um aspeto fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O ordenamento do território, por implicar uma intervenção ao nível da utilização racional do espaço e uma gestão responsável dos recursos, constitui uma prática fundamental para o desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, o seu êxito depende, em grande medida, do envolvimento dos cidadãos, uma vez que decisões participadas proporcionam soluções mais consensuais, nas quais a generalidade dos atores se revê, assegurando, dessa forma, um maior sucesso ao nível da execução, precisamente por decorrer de processos de negociação através dos quais se geram consensos e se estabelece uma partilha de responsabilidades.

É, precisamente, partindo deste pressuposto que a CMO procurou inscrever o processo de elaboração do seu Plano Diretor Municipal (PDM) numa estratégia mais alargada de promoção do exercício de cidadania.

Esta opção consubstanciou-se na criação do FÓRUM DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA, que pretendeu dar início a uma plataforma de concertação onde se reunissem todos os cidadãos (seja munícipes, seja agentes de desenvolvimento na área da cultura, desporto, ambiente, economia, educação, etc.) interessados em participar numa reflexão estratégica para o Concelho.

Esta plataforma surgiu, então, com o desígnio de não só estimular a participação da população, mas também com propósitos pedagógicos e ao nível da difusão de informação, no sentido de favorecer uma participação qualitativamente mais esclarecida e, consequentemente, mais eficaz.

Apesar de se ter iniciado com o processo de elaboração do PDMO, é importante referir que a formação desta plataforma se destinava a proporcionar uma atuação continuada que se estendesse às fases subseqüentes da elaboração do PDM (gestão/execução e monitorização do Plano), e a todos os processos de tomada de decisão, independentemente do domínio de intervenção, uma vez que o objetivo último se prendia com a possibilidade da população intervir globalmente na promoção do desenvolvimento sustentável.

3. METODOLOGIA

A promoção da participação da população na elaboração do PDM levada a cabo pela CMO procurou incorporar as preocupações inscritas na agenda internacional, no que respeita à necessidade de se proceder à aplicação de novas formas de governação que permitam progredir na construção de comunidades cada vez mais sustentáveis.

Neste sentido, a participação da população surge como uma das dimensões do exercício de cidadania, em simultâneo com um esforço empreendido ao nível da produção e disseminação de informação sobre a elaboração do PDM, de forma a facilitar a compreensão de todos os interessados.

No que respeita à atuação da Câmara, esta foi estruturada em função de três categorias principais:

COMUNICAÇÃO / DIVULGAÇÃO

Iniciativas levadas a cabo com o objetivo de divulgar as diversas etapas procedimentais a que se encontra sujeito o processo de elaboração dos IGT.

PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO TÉCNICA

Iniciativas dinamizadas com o objetivo de facilitar o acesso de todos os interessados à informação técnica produzida no âmbito da elaboração dos IGT (não só do ponto de vista da diversidade de suportes disponíveis, mas também da simplificação da linguagem técnica geralmente empregue), de forma a capacitar os atores locais para uma intervenção/participação mais esclarecida.

PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Iniciativas destinadas a promover a participação interna e externa à autarquia no processo de elaboração do PDMO.

A *participação interna* refere-se especificamente a contributos de carácter técnico fornecidos pelos serviços técnicos da câmara ao longo de todo o processo.

A *participação externa* refere-se a contributos de carácter maioritariamente não técnico dos agentes de desenvolvimento e cidadãos a título individual.

Importa referir que as iniciativas promovidas resultaram da aplicação de diferentes métodos, escolhidos em função dos destinatários.

4. CRONOLOGIA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDM DE ODIVELAS

2014

10.30 Encerramento do processo de concertação do PDM com as entidades que integraram a Comissão de Acompanhamento e algumas entidades externas.

2013

07.29 Submissão da Proposta da Reserva Ecológica Municipal à Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN).

2012

12.11 Início do processo de concertação do PDM com as entidades que integraram a Comissão de Acompanhamento e algumas entidades externas, responsáveis pela prossecução de interesses sectoriais com relevância no território de Odivelas.

07.06 Entregue a Proposta de PDM destinada à obtenção do parecer final da Comissão de Acompanhamento. Conjuntamente foram também submetidas à consideração desta comissão as propostas de RAN e REN para o território de Odivelas.

05.07 A Comissão de Acompanhamento do PDM de Odivelas reuniu em plenário para efetuar o ponto de situação do processo de elaboração do PDM em curso e programar os trabalhos com vista à elaboração do parecer final, ainda no presente ano. Esta reunião corresponde à 4.^a reunião plenária da CA.

11.30 Aprovado o parecer final da Comissão de Acompanhamento à proposta de Plano Diretor Municipal de Odivelas na última reunião plenária deste órgão, decorrendo agora a fase de concertação para acertos finais da proposta, com vista a ser submetida, oportunamente, a discussão pública.

2011

06.01 Entregue à Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste – MAMAOT a proposta de Carta da Reserva Agrícola Nacional (RAN) em Odivelas, para efeitos de parecer e subsequente integração no PDM.

06.15 Realizada reunião com a Comissão de Ambiente e Ordenamento de Território e Mobilidade da Assembleia Municipal de Odivelas para esclarecimento da abordagem do PDM ao nível da prevenção de riscos geotécnicos.

07.20 Entregue à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo a proposta de Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN) em Odivelas, para efeitos de parecer e subsequente integração no PDM.

09.05 Foi publicada no dia 9 de Maio a reconstituição da Comissão de Acompanhamento do PDM de Odivelas.

09.15 Entre 1 de Julho a 15 de Setembro decorreu a mais uma ronda de recolha interna de contributos dos serviços municipais para o fecho da proposta de Plano a submeter à Comissão de Acompanhamento do PDM para efeitos de emissão do parecer final.

11.22 Realizada reunião com a Autoridade Florestal Nacional e a Autoridade Nacional de Proteção Civil com vista à clarificação das medidas regulamentares de prevenção de risco de incêndios florestais.

2010

03.04 Realizada uma visita da CCDRLVT ao município de Odivelas, com objetivo de promover a adequação entre a proposta de delimitação das áreas vitais da Reserva Ecológica Metropolitana, bem como outros aspetos das normas orientadoras do PROTAML e as propostas estratégicas de ordenamento e desenvolvimento territorial apresentadas no âmbito do processo de elaboração do PDM de Odivelas;

04.21 Realizada sessão pública de apresentação da Carta de Ruído;

05.05 Entrega da proposta de REN Bruta no Concelho de Odivelas.

2009

03.20 Realizada a 2.^a Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento, no âmbito da qual foram apresentadas as principais orientações da proposta do Plano, assim como a estrutura do Relatório Ambiental;

04.24 Realizada uma visita dos membros da Comissão de Acompanhamento ao Território do Município de Odivelas;

09.29 Realizada a 3.^a Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento;

11.30 Entrega das versões provisórias dos documentos que compõem os diversos volumes da proposta do PDM de Odivelas, assim como o Relatório Ambiental e as Propostas de Delimitação da RAN e REN no Município de Odivelas;

12.31 Conclusão da Carta de Ruído do Município de Odivelas.

2008

02.28 Foi concluída a proposta de REN Bruta para ser entregue à CCDRLVT para efeitos da delimitação da REN em Odivelas;

- 03.18 Foi proposta a reconversão da antiga Comissão Técnica de Acompanhamento em Comissão de Acompanhamento nos termos legais introduzidos pelo D.L. n.º316/2007 de 19 Setembro;
- 04.30 Foi concluída a revisão da versão provisória dos Estudos de Caracterização, Monitorização e Participação Pública, para ser submetida à discussão da Comissão de Acompanhamento;
- 05.06 Foi publicado o Aviso em Diário da República sobre a conversão da anterior CTA em Comissão de Acompanhamento, nos termos da atual legislação;
- 09.23 Realizada a 1.ª Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento, no âmbito da qual foi apresentada a versão provisória dos Estudos de Caracterização do Território para apreciação pela Comissão de Acompanhamento;
- 10.01 Conclusão do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão, elaborado no âmbito do processo de Avaliação Ambiental Estratégica do PDM;
- 11.28 Realização da 1.ª Reunião Sectorial da Comissão de Acompanhamento sobre Avaliação Ambiental Estratégica, no âmbito da qual foram emitidos os pareceres das entidades ao Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão;
- 12.05 Apresentação aos Serviços Municipais do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão.

2007

- 08.17 Concluída e apresentada à consideração superior a versão provisória da Fase de Projeto de Plano;
- 10.22 Reunião efetuada na C.M. Odivelas com o Sr Diretor de Serviços da CCDRLVT;
- 11.08 Reunião preparatória da Comissão de Acompanhamento, efetuada na CCDRLVT

2006

- 05.11 Aberturas das iniciativas de Participação Pública Preventiva no processo de elaboração do PDM (Seminários temáticos; revista sobre o PDM, exposição itinerante sobre o PDM e sessões de debate público, uma com os agentes de desenvolvimento mais representativos e mais sete realizadas em cada uma das freguesias do concelho);
- 08.29 Entrega da Fase de Anteprojecto na CCDRLVT;
- 10.31 Fecho das iniciativas de Participação Pública Preventiva no processo de elaboração do PDM (com a sessão de debate público realizada na freguesia da Ramada);

2005

- 03.29 Apresentação da fase de Anteprojecto ao Executivo da Câmara Municipal e à Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia Municipal;
- 05.20 Reunião entre DPE + equipa técnica do PDM e a Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia Municipal;

2004

- 04.20 2ª Reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento;
- 05.05 Aprovação das Linhas de Orientação Estratégica para o Desenvolvimento Concelhio pela Câmara Municipal;
- 05.27 Apresentação dos Estudos Prévios do PDM e das Linhas de Orientação Estratégica à Assembleia Municipal;
- 06.01 Início da fase de Anteprojecto;

2003

- 02.17 Início efetivo do trabalho de elaboração do PDM;
- 03.05 1ª Reunião (apresentação) da equipa externa com o Presidente da Câmara;
- 03.28 Celebração do contrato de prestação do serviço;
- 04.04 Início da 1ª ronda de reuniões de acompanhamento com os serviços municipais;
- 05.27 Conclusão da 1ª ronda de reuniões de acompanhamento com os serviços municipais;
- 07.04 Início da 1ª ronda de reuniões de acompanhamento com os Presidentes de Junta de Freguesia;
- 07.10 Conclusão da 1ª ronda de reuniões de acompanhamento com os Presidentes de Junta de Freguesia;
- 09.04 1ª Reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento;
- 12.10 Apresentação dos Estudos Prévios ao Executivo Municipal;

2002

01.02 Publicação em Diário da República da nomeação da Comissão Técnica de Acompanhamento;

03.04 Decisão final do Júri quanto à 2ª. Fase do Concurso de Encomenda;

03.25 Comunicação da adjudicação do serviço de elaboração;

2001

04.03 Deliberação da CIMO para a elaboração do PDM de Odivelas;

07.02 Aprovação do Processo de Concurso de Encomenda;

07.02 Anúncio público da deliberação municipal de elaboração do PDM e abertura do período de sugestões e informações públicas para o mesmo;

07.10 Abertura do Concurso de Encomenda;

08.13 Final do período legal de audição de sugestões e informações do público;

09.07 Decisão final do Júri quanto à 1ª. Fase do Concurso de Encomenda;

09.04 Aprovação do Programa Preliminar do PDM;

09.10 Convites para a 2ª Fase do Concurso de Encomenda;

5. AS INICIATIVAS

Com o intuito de sistematizar de forma homogénea a informação disponível, proporcionando, assim, uma leitura mais fácil, a apresentação das diversas iniciativas foi formatada a partir de uma ficha composta pelos seguintes domínios:

1. Designação

2. Tipo de ação

Comunicação / Divulgação

Produção e disseminação de informação técnica

Promoção da participação pública [interna ou externa]

3. Etapa do processo

Identificação da etapa de tramitação procedimental em que a iniciativa foi dinamizada.

4. Descrição

5. Objetivos

Identificação dos objetivos que a iniciativa se propõe atingir.

6. Metodologia / Estrutura

Identificação da metodologia seguida para a dinamização da iniciativa e/ou estrutura da iniciativa.

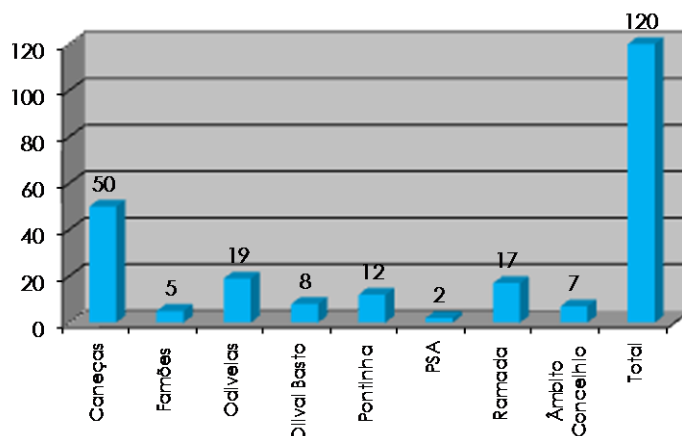
7. Público-alvo

8. Observações.

DESIGNAÇÃO			
AVISO À POPULAÇÃO – INFOMAIL			
TIPO de Ação	Comunicação / Divulgação Promoção da participação pública [externa]	ETAPA DO PROCESSO	Deliberação Acompanhamento
DESCRIÇÃO	Folheto distribuído em 2001, pela então Comissão Instaladora, em todo o Concelho. Apesar do aviso conter um prazo limite para a audição do público, todas as sugestões formuladas e dirigidas à CMO até à elaboração da proposta de PDM para emissão de Parecer Final da Comissão de Acompanhamento foram aceites e, como tal, objeto de registo e apreciação.		
OBJETIVOS	Nos termos do n.º 2 do art.º 77.º do Decreto-lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, esta iniciativa pretendeu divulgar, junto dos munícipes e agentes de desenvolvimento local, a abertura do procedimento de elaboração do PDM e apelar à participação de todos os interessados		
METODOLOGIA / ESTRUTURA	Todas as sugestões foram remetidas à CMO por escrito. Numa primeira fase foram objeto de registo de acordo com os seguintes parâmetros: • Localização; • Tipo de pedido; • Tipo de proposta apresentada; • Enquadramento no ordenamento em vigor; • Enquadramento nas condicionantes e servidões em vigor; • Enquadramento da proposta no PDM em elaboração Posteriormente, cada uma das sugestões foi sujeita a uma apreciação técnica, com o objetivo de se equacionar uma solução positiva e adequada no PDM em elaboração.		
PÚBLICO-ALVO	População em geral, agentes de desenvolvimento local e demais interessados nas tomadas de decisão com incidência na gestão do território municipal		
OBSERVAÇÕES	Análise de dados NOTA: Os dados aqui apresentados constam da análise que integra o relatório II - INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PREVENTIVA: Relatório síntese das sugestões ao PDM em elaboração [2001 – 2012].		

De acordo com os dados disponíveis no Sector do Plano Diretor Municipal, Projetos Especiais e Energia (SPDMPEE) foram endereçadas à CMO no período de 2001 a 2012, em sede de processo de elaboração do PDMO, 120 sugestões, distribuídas de acordo com os dados apresentados na Figura 1.

Figura 1. Sugestões apresentadas no âmbito do processo de elaboração do PDMO | 2001 a 2012



FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS – GPE/EPPDMPEE

Uma breve análise por freguesia permite-nos verificar que Caneças é, sem dúvida, a freguesia que reúne maior número de sugestões (50). Com efeito e de acordo com os dados apresentados na Tabela 1, as sugestões destinadas a esta freguesia representam 42% do total. Contrariamente, a freguesia da Póvoa de St. Adrião é aquela que menos sugestões, ao PDM em elaboração, reúne (2).

Importa referir que ao longo deste processo foram, também, apresentadas sugestões de âmbito concelhio, ou seja sugestões que não se destinavam a nenhuma freguesia em particular. Com efeito e apesar do valor residual que apresenta (6%), este tipo de sugestões, pelo seu carácter maioritariamente genérico, assume uma importância significativa, na medida em que, num contexto de exercício de cidadania orientado para a prática do ordenamento/planeamento do território, constituem a expressão de uma visão mais estratégica para o território.

As sugestões apresentadas foram classificadas de acordo com 5 categorias:

- Alteração de uso do solo;
- Alteração do índice de construção;
- Gestão urbanística;
- Conteúdo genérico;
- Especificidades temáticas.

A categoria ALTERAÇÃO DE USO DO SOLO refere-se fundamentalmente a pedidos de alteração da classificação do uso (de rural para urbano), de forma a viabilizar a possibilidade de edificabilidade ou legalizar construções existentes.

A categoria ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO inclui as situações cujo objetivo é aumentar a área construída.

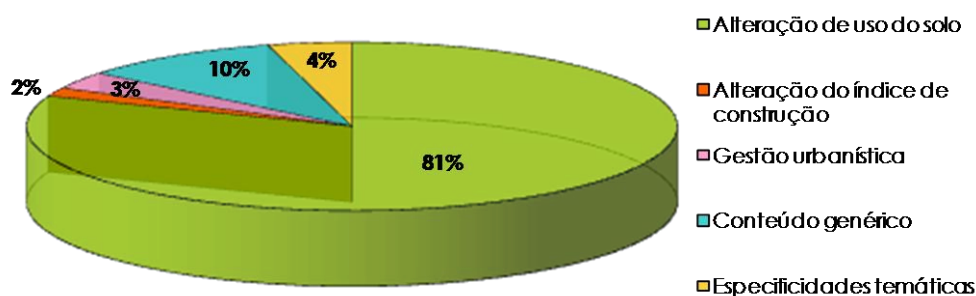
A categoria GESTÃO URBANÍSTICA diz respeito a situações relacionadas com a prática da gestão urbanística, extravasando por vezes o âmbito do processo de elaboração do PDM.

A categoria CONTEÚDO GENÉRICO inclui sugestões de índole estratégica que apresentam um carácter geral e abrangente, cujo âmbito é normalmente municipal ou mesmo supra municipal. Este tipo de sugestões contrasta grandemente com as que integram as categorias anteriores, na medida em que revelam alguma preocupação com a abordagem local ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Por fim, a categoria ESPECIFICIDADES TEMÁTICAS reúne as sugestões que se referem a questões específicas no contexto de áreas temáticas individualizadas, destacando-se as intervenções no espaço público.

No total das sugestões apresentadas, 81% foi classificado com a categoria ALTERAÇÃO DE USO DO SOLO.

Figura 2. Tipo de sugestões apresentadas no âmbito do processo de elaboração do PDMO | 2001 a 2012 (%)



FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS – GPE/EPPDMPEE

No que respeita às restantes categorias é de assinalar a categoria “CONTEÚDO GENÉRICO” com um peso de 10% no total das sugestões, pelo facto de ser a categoria que mais diretamente responde aos objetivos que deveriam sustentar a prática implícita à apresentação de sugestões ao PDM durante o seu processo de elaboração.

Tabela 1. Peso e distribuição do tipo de sugestões ao PDM em elaboração por freguesias – 2001 a 2012 (%)

	Caneças	Famões	Odivelas	Olival Basto	Pontinha	PSA	Ramada	Âmbito Concelhio	Total (categorias)
Alteração de uso do solo	40%	3%	9%	7%	8%	1%	13%	0%	81%
Alteração do índice de construção	0%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	2%
Gestão urbanística	1%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	0%	3%
Conteúdo genérico	0%	0%	4%	0%	1%	0%	0%	5%	10%
Especificidades temáticas	1%	1%	2%	0%	0%	0%	0%	1%	4%
Total (freguesias)	42%	4%	16%	7%	10%	2%	14%	6%	100%

FORTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS – GPE/EPPDMPEE

Considerando o peso dos pedidos de alteração de uso do solo no cômputo geral das sugestões apresentadas, importa efetuar uma análise mais detalhada quanto ao enquadramento deste tipo sugestões no PDM em vigor, não só no que respeita ao ordenamento - classificação do uso do solo, mas também no que respeita às condicionantes.

Quanto ao enquadramento dos pedidos de alteração de uso do solo no Ordenamento em vigor, podemos verificar, de acordo com os dados apresentados na Tabela 2, que a maior parte diz respeito a espaços classificados com a categoria de uso ESPAÇOS NÃO URBANIZÁVEIS (77).

No conjunto destes espaços, a categoria de uso ESPAÇOS NÃO URBANIZÁVEIS | FLORESTAIS DE PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL | DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO é aquela que reúne maior número de ocorrências (40), concentrados sobretudo na freguesia de Caneças (28).

Ainda a respeito desta categoria de uso do espaço, importa referir o facto da freguesia de Caneças reunir um número significativo de pedidos de alteração de uso do solo em áreas cujo uso se encontra classificado no PDM em vigor como ESPAÇOS NÃO URBANIZÁVEIS | FLORESTAIS DE PROTECÇÃO | FLORESTAIS E SILVOPASTORIS (17).

No que respeita aos ESPAÇOS URBANIZÁVEIS, a classificação ESPAÇOS URBANIZÁVEIS | VERDE URBANO DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO surge imediatamente a seguir e, apesar de se mostrar dispersa pelas várias freguesias (à excepção da freguesia de Famões), assume maior expressão na Ramada (10), Caneças (7) e Odivelas (5).

Tabela 2. Enquadramento dos pedidos de alteração do uso do no ordenamento do PDM em vigor – 2001 a 2012

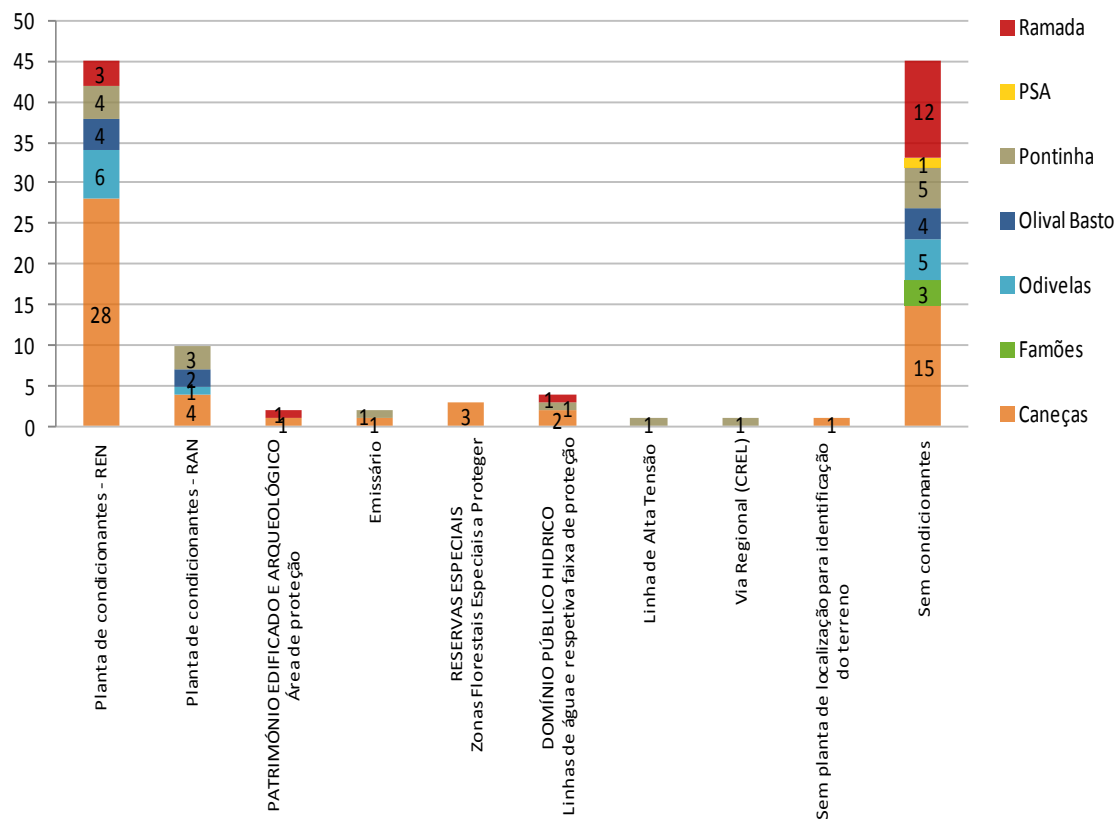
Classificação de uso do solo *	Caneças	Famões	Odivelas	Freguesias Olival Basto	Pontinha	PSA	Ramada	Total
ESPAÇOS URBANOS								10
A consolidar e a beneficiar	2	0	0	0	0	0	1	3
A recuperar ou a legalizar	1	0	0	0	0	0	0	1
Sujeitos a atribuição do Estatuto de Manutenção Temporária	0	0	0	3	0	0	0	3
Industriais a manter e a beneficiar	0	0	0	0	0	0	0	0
Industriais a reconverter	0	0	0	0	0	0	0	0
Sujeitos a condições de duvidosa segurança geotécnica	0	0	0	1	2	0	0	3
Sujeitos a inundações	0	0	0	0	0	0	0	0
Núcleos turísticos	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPAÇOS URBANIZÁVEIS								33
Habitacões de baixa densidade	0	1	0	0	1	0	0	2
Habitacões de média densidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Espaços urbanizáveis nos termos don.º 3 do Art. 57	0	0	0	0	0	0	0	0
Mistos de indústria e terciário	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamentos e outros usos de interesse público	0	0	0	0	2	0	0	2
Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0
Verde urbano equipado	0	1	0	0	0	0	1	2
Verde urbano de protecção e enquadramento	7	0	5	2	2	1	10	27
ESPAÇOS NÃO URBANIZÁVEIS								77
<i>Florestais de protecção e valorização ambiental</i>								
Rurais de duvidosa segurança geotécnica	0	0	0	0	0	0	0	0
De protecção e enquadramento	28	0	4	1	3	0	4	40
Florestais especiais existentes a proteger	4	0	0	0	0	0	0	4
<i>Florestais de protecção</i>								
Florestais e silvopastoris	17	0	0	0	0	0	0	17
<i>Agrícolas</i>								
Exclusivo uso agrícola e sujeito a inundações	0	0	0	0	0	0	0	0
Exclusivo uso agrícola de máxima infiltração	0	0	0	6	0	0	0	6
Exclusivo uso agrícola	3	0	0	0	3	0	0	6
Agrícolas complementares	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Indústrias extractivas</i>								
Indústrias extractivas	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Culturais e Naturais</i>								
Áreas a afectar a recursos hídricos	0	0	0	0	0	0	0	0
Áreas de valor arqueológico	1	0	0	0	1	0	2	4
ÁREAS ESPECIAIS								2
Áreas urbanas existentes com valor patrimonial (Níveis 1,2,3 - Património Cultural Construído)	0	0	0	0	0	0	0	0
Área protegida de interesse local	0	0	0	0	0	0	0	0
Áreas turísticas de recreio e lazer	1	0	0	0	1	0	0	2
Centro administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0
Hospital (localização preferencial)	0	0	0	0	0	0	0	0
Modo de transporte colectivo a prever na CRIL	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPAÇOS CANAIS RODOVIÁRIOS	1							1

(*) Declaração de Retificação n.º 1902/2011, de 12 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Avisos 2129 a 2133 de 11 de fevereiro de 2013, publicados no Diário da República, 2ª série, nº 29

No que respeita às condicionantes e servidões em vigor importa esclarecer que, apesar do território de Odivelas não dispor da publicação da Reserva Ecológica Nacional (REN), a análise técnica das sugestões ao PDM em elaboração teve sempre em consideração a Planta de Condicionantes – REN, assumindo-se este elemento em simultâneo com as restantes condicionantes.

Neste sentido as condicionantes e servidões em vigor a que estão sujeitos os pedidos de alteração de uso do solo apresentados como sugestões ao PDM em elaboração, encontram-se sistematizadas no gráfico da Figura 3.

Figura 3. Enquadramento dos pedidos de alteração de uso do solo sujeitos às condicionantes em vigor



FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS – GPE/EPPDMPEE

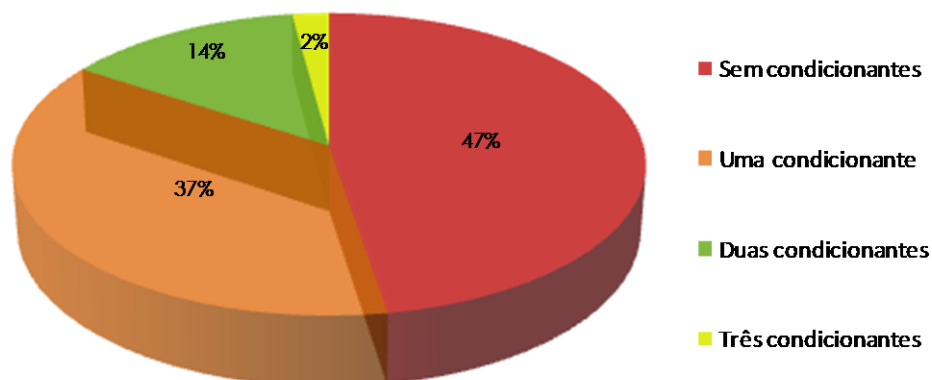
A Condicionante REN é aquela que regista um maior número de ocorrências e a freguesia de Caneças é aquela que concentra o maior número de pedidos de alteração de uso do solo em área de condicionante REN no PDM em vigor, seguindo-se a Freguesia de Odivelas.

Com efeito, Caneças é a freguesia cujos pedidos de alteração de uso do solo apresentam uma maior diversidade de condicionantes.

Globalmente, 37% dos pedidos de alteração de uso do solo está sujeito a uma condicionante, 14% encontra-se sujeito a duas condicionantes em simultâneo e apenas 2% está sujeito a 3 ou mais condicionantes em simultâneo.

Ainda a este respeito e não obstante os condicionalismos impostos pela classificação de uso do solo, importa referir que 47% dos pedidos de alteração de uso do solo não apresenta qualquer condicionante/servidão.

Figura 4. Distribuição dos pedidos de alteração de uso do solo no PDM em vigor, de acordo com o número de condicionantes

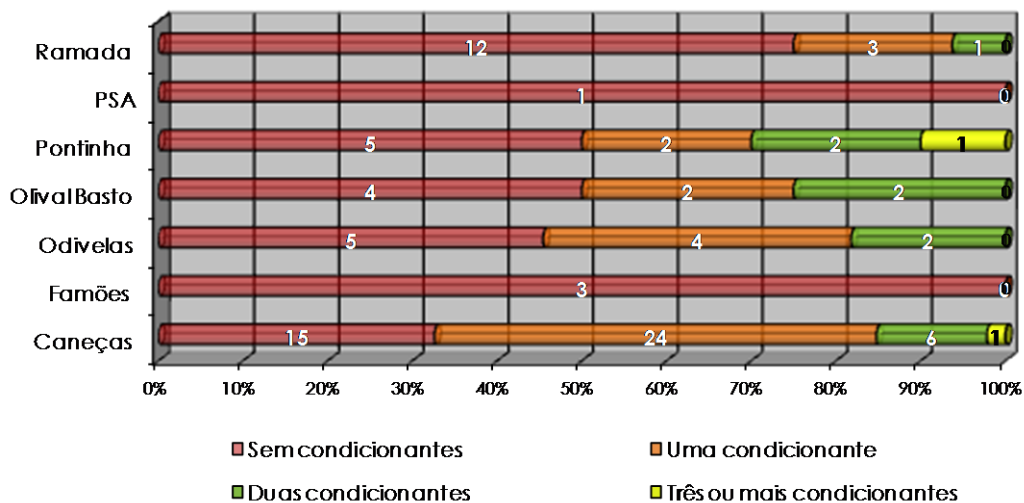


FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS – GPE/EPPDMPEE

Uma análise por freguesia (Figura 5) permite-nos observar que é na freguesia de Caneças que, uma vez mais, se concentra uma maior frequência de ocorrências quanto à presença de uma condicionante e duas condicionantes em simultâneo.

As freguesias da Pontinha e Caneças são as únicas que registam, respetivamente, um pedido de alteração de uso do solo cujo território se encontra sujeito a 3 ou mais condicionantes em simultâneo.

Figura 5. Enquadramento dos pedidos de alteração de uso do solo, por freguesia, no PDM em vigor, de acordo com o número de condicionantes



FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS – GPE/EPPDMPEE

DESIGNAÇÃO Ciclo de Seminários “Os DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”			
TIPO de Ação	Produção e disseminação de informação técnica Promoção da participação pública [interna & externa]	ETAPA DO PROCESSO	Acompanhamento
DESCRIÇÃO	Conjunto de três seminários que contou a presença de diversos especialistas nos seguintes domínios: 1.º SEMINÁRIO Mobilidade e Espaço Público 11 de Maio 2006 Intervenientes Manuel da Costa Lobo (Moderador); Fernando Nunes da Silva (UTL); Herculano Cachinho (FL/UL – CEG); Pedro Brandão (European Portugal); Carlos Gaivoto (Especialista em Transportes); Henrique Ribeiro (Representante da Comunicação Social Local). 2.º SEMINÁRIO Políticas de 3.ª Geração – Modelos de Desenvolvimento e Governança 18 de Maio 2006 Intervenientes Manuel da Costa Lobo (Moderador); Isabel Guerra (ISCTE); Albino Lopes (ISCTE); Isabel André (FL/UL-CEG); Maria Máxima Vaz (Historiadora); João Martins (AERLIS); Henrique Ribeiro (Representante da Comunicação Social Local). 3.º SEMINÁRIO O Processo de Urbanizar e a Paisagem 8 de Junho 2006 Intervenientes Manuel da Costa Lobo (Moderador); Paulo Correia (UTL); Teresa Andressen (UP); Luís Vassalo Rosa (Arquiteto-urbanista); Luís Bruno Soares (Arquiteto-urbanista); Jorge Carvalho (Uni. Aveiro); Henrique Ribeiro (Representante da Comunicação Social Local).		
OBJETIVO	Promover a reflexão de temas emergentes. Efetuar a contextualização desses temas na realidade do concelho de Odivelas. Articular essa reflexão com as prioridades definidas no âmbito do processo de elaboração do PDMO. Contribuir para a disseminação de informação em matéria de desenvolvimento sustentável.		
METODOLOGIA / ESTRUTURA	Os três seminários obedeceram à seguinte estrutura: - Plenário A sessão plenária corresponde à abordagem teórica efetuada pelos especialistas convidados. Não obstante, foi solicitado um enquadramento das temáticas abordadas no território de Odivelas. - Mesa redonda A mesa redonda corresponde a um primeiro momento de debate entre os especialistas intervenientes no plenário e representantes de diversos sectores, em função do tema em debate. A dinamização destes debates esteve a cargo de um moderador residente. - Debate alargado O debate alargado à plateia permitiu ampliar a discussão da mesa redonda, proporcionando a intervenção de todos participantes.		
PÚBLICO-ALVO	Técnicos e decisores políticos da CMO e autarquias limítrofes e agentes de desenvolvimento local. No total dos três seminários participaram cerca de 400 pessoas.		
OBSERVAÇÕES	Toda a documentação produzida no âmbito da dinamização desta iniciativa, designadamente texto de enquadramento temático e comunicações apresentadas, encontra-se disponível em http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/C2.htm		

DESIGNAÇÃO FÓRUM DESENVOLVIMENTO & CIDADANIA			
TIPO de Ação	Promoção da participação pública [interna & externa]	ETAPA DO PROCESSO	Acompanhamento
DESCRIÇÃO	Este fórum pretendeu inaugurar em Odivelas um de espaço de intervenção direta, por parte da população e agentes de desenvolvimento local, nos processos de tomada de decisão, iniciando-se com a elaboração do PDM. No contexto deste fórum procedeu-se à apresentação pública dos trabalhos de elaboração do PDMO e, também, à promoção, junto da população local, de uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento territorial que se pretende adotar no Concelho.		
OBJETIVO	Incentivar a participação da população no processo de promoção do desenvolvimento sustentável, através do planeamento estratégico e do planeamento diretor do Concelho.		
METODOLOGIA / ESTRUTURA	Composto por oito sessões, uma de âmbito concelhio orientada para os principais agentes de desenvolvimento e as restantes de âmbito local (ao nível da freguesia) dirigida a todos os interessados, a dinamização deste fórum procurou enquadrar as realidades específicas de cada freguesia num contexto municipal e também metropolitano. Estas sessões de trabalho foram orientadas por uma equipa de especialistas da Universidade Nova de Lisboa (UNL/FCT/DCEA/CIVITAS). Cada sessão teve uma duração aproximada de 3 horas e como principal objetivo a recolha das expectativas e opiniões da população face às opções estratégicas e linhas condutoras dos trabalhos do PDM. A dinâmica dos grupos criados nas diversas sessões compôs-se de três etapas: 1 Criação de consensos ao nível da preparação e formulação de questões a colocar à equipa; 2 Colocação das questões seguida de resposta por parte da equipa técnica; 3 Formulação de sugestões/recomendações Considerando a impossibilidade dos grupos colocarem todas as questões formuladas, as mesmas foram redigidas em cartões e posteriormente recolhidas pela equipa. Os trabalhos foram orientados em função de 5 vetores estratégicos: Habitação e Espaço Envolvente Economia, Emprego e Competitividade Ambiente Natural e Paisagem Espaços de Uso Coletivo Mobilidade & Transportes. Todas as sessões foram objeto de um relato por parte da equipa da UNL/FCT/DCEA/CIVITAS, onde foram integrados todos os contributos apresentados. Estes relatórios encontram-se disponíveis para consulta no <i>site</i> da CMO.		
PÚBLICO-ALVO	Municípes, agentes de desenvolvimento local e técnicos da autarquia. No total das oito sessões participaram cerca de 700 pessoas (cerca de 90 participantes por sessão)		
PARCEIROS	Juntas de Freguesia e colectividades do Concelho		
OBSERVAÇÕES	Toda a documentação produzida no âmbito da dinamização desta iniciativa, designadamente os relatórios de execução de cada sessão, encontra-se disponível em http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/C3.htm. Encontra-se disponível, em volume autónomo, o relatório síntese desta iniciativa (http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/anexos/forum/Relatorio_Sintese.pdf). Este documento destina-se a proporcionar a todos os interessados uma imagem global de uma iniciativa que constitui uma das etapas do processo de participação dos cidadãos na elaboração do PDMO. Neste documento apresentam-se de forma muito sucinta algumas das principais conclusões relativas às dúvidas e recomendações apresentadas pelos participantes.		

SÍNTESE DO TRATAMENTO DAS DÚVIDAS/QUESTÕES & DAS RECOMENDAÇÕES

De acordo com as três etapas que compuseram a dinâmica dos grupos (descritas na metodologia) foi recolhido, no final de cada sessão de trabalho, um conjunto de dúvidas e recomendações.

No que respeita às dúvidas e considerando a impossibilidade dos grupos colocarem todas aquelas que foram formuladas no decorrer das sessões para esclarecimento imediato por parte da equipa técnica, as mesmas foram redigidas em cartões e posteriormente recolhidas pela equipa da UNL/FCT/DCEA/CIVITAS para serem transcritas para os relatórios de execução das respetivas sessões.

Quanto às recomendações, na impossibilidade de se adotar o procedimento adotado na formulação de dúvidas, optou por se solicitar aos presentes que procedessem ao registo das suas sugestões, para tratamento idêntico ao das dúvidas/questões não colocadas.

O TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise efetuada está longe de constituir uma verdadeira análise de conteúdo, na medida em que os dados sujeitos a análise não foram recolhidos com esse propósito.

Com efeito, só *à posteriori* se tomou a decisão de se efetuar este trabalho, razão pela qual houve a necessidade de se adaptar o procedimento de análise ao dados disponíveis.

Os dados disponíveis resultam da recolha da informação relativa a cada uma das sessões e esteve a cargo do CIVITAS/DCEA/FCT/UNL, não se destinando a um tipo de tratamento e análise desta natureza.

Neste sentido e atendendo a este constrangimento, procedeu-se unicamente à codificação de um conjunto de opiniões que, naturalmente, importa considerar num processo de elaboração do PDM. Ou seja, procurou sistematizar-se as opiniões através da aplicação de uma grelha tipológica, com o propósito facilitar a sua integração nos trabalhos levados a cabo no âmbito da elaboração do PDM.

Estas opiniões assumiram, conforme referido anteriormente, a forma de dúvidas temáticas sobre a elaboração do PDM e, também, de recomendações destinadas a serem incorporadas na proposta de plano.

O tipo de análise efetuada consta de uma análise temática, tanto no que se refere às dúvidas como às recomendações, de uma análise da escala territorial em que situaram as abordagens efetuadas (designada por análise do âmbito territorial) e da respetiva contagem frequencial, no sentido de se apurarem os temas mais abordados.

A análise temática efetuada consistiu na codificação de mensagens emitidas em linguagem natural, a partir da respetiva associação a um conteúdo técnico. Ou seja, na associação das dúvidas/questões e recomendações efetuadas a um ou vários temas previamente definidos.

A construção da grelha temática a partir da qual se efetuou a análise dos contributos dos grupos, baseou-se na publicação Vocabulário de Ordenamento do Território que normaliza "(...) a linguagem técnica utilizada por todos os que interferem na elaboração e implementação de instrumentos de gestão territorial" (Pág.7), e, também, na publicação CHÃO DA CIDADE.

Esta grelha é composta por onze temas principais, alguns dos quais divididos em vários subtemas, que por sua vez se dividem em diferentes itens, conforme consta na Tabela 3.

Tabela 3. Grelha de análise temática dos contributos das sessões do Fórum Desenvolvimento e Cidadania

1. Ocupação do território & Biodiversidade	1.1 Definição de usos do solo	
	1.2 Classificação de uso do solo	1.2.1 Alteração de uso do solo
	1.3 Densidade de ocupação	1.3.1. Densidade de construção (Limites à construção & índices de construção)
		1.3.2. Densidade populacional
	1.4 Opções urbanísticas para espaços expectantes	
	1.5 Criação de um banco de solos municipais	
	1.6 Espaços verdes urbanos de proximidade	
	1.7 Gestão de espaços florestais	1.7.1 Acessibilidades para assistência e combate a incêndios florestais
2. Proteção Civil	2.1 Plano de emergência	
3. Política Municipal de Habitação	3.1. Qualidade habitacional	
	3.2 Núcleos de habitação precária	3.2.1 Realojamento de famílias
		3.2.2 Intervenção social
	3.3 Elaboração de um Plano Municipal de Habitação	
4. Áreas Urbanas de Génese Ilegal	4.1 Resolução a nível urbanístico dos bairros inscritos em AUGI (legalização/requalificação)	
	4.2 Atividade económica nas AUGI	
	4.3 Intervenção social em bairros inscritos em AUGI	
	4.4 Equipamentos de uso coletivo em AUGI	
	4.5 Infraestruturas viárias e transportes coletivos em AUGI	
5. Desenho urbano	5.1 Desenho para todos	
	5.2 Qualidade do espaço público (Não esquecer questão da limpeza urbana)	
	5.3 Mobiliário urbano	
6. Tecido Empresarial	6.1 Criação de Pólo Empresarial	
	6.2 Criação de Pólo Industrial	
	6.3 Requalificação/Dinamização das Áreas Industriais já existentes	
	6.4 Dinamização da atividade turística	
	6.5 Captação de estratégias empresariais tendentes à inovação tecnológica e investigação	
	6.6 Incentivo à fixação de empresas	
	6.7 Incentivo ao comércio de proximidade	
	6.8 Promoção da competitividade empresarial e do empreendedorismo	
	6.9 Criação de emprego e formação profissional	
	6.10 Parcerias público-privadas	

7. Ambiente	7.1 Preservação de recursos naturais			
	7.2 Gestão de Resíduos	7.2.1 Deposição de resíduos sólidos urbanos		
		7.2.2 Deposição de resíduos industriais		
	7.3 Utilização e poluição da água	7.3.1 Abastecimento de água		
		7.3.2 Sistema de drenagem das águas residuais	7.3.2.1 Infraestruturas	
			7.3.2.2 Renovação da rede	
7.3.3 Recursos Hídricos		7.3.3.1 Limpeza e desobstrução de linhas de água		
	7.3.3.2 Biodiversidade dos ecossistemas aquíferos			
8. Equipamentos e serviços de uso coletivo	8.1 Desporto			
	8.2 Educação	8.2.1 Ensino Básico		
		8.2.2 Ensino Secundário		
		8.2.3 Ensino Superior		
	8.3 Saúde			
	8.4 Cultura			
	8.5 Segurança Pública			
	8.6 Sociais [Solidariedade e segurança social]			
	8.7 Espaços de recreio e lazer			
	8.8 Serviços de carácter económico e Serviços Gerais			
9. Mobilidade e Acessibilidades	9.1 Transportes coletivos	9.1.1 Articulação intra freguesia		
		9.1.2 Articulação intra concelhia		
		9.1.3 Articulação intermunicipal		
		9.1.4 Intermodalidade		
		9.1.5 Operadores de Transportes		
	9.2 Infraestruturas viárias ("... Integra apenas para efeitos legais a rede viária e o estacionamento)	9.2.1 Rede viária (Espaço para construído destinado à circulação de pessoas e viaturas)	9.2.1.1 Vias de circulação rodoviária	
			9.2.1.2 Vias de circulação pedonal	
			9.2.1.3 Ciclovias	
			9.2.1.4 Tráfego rodoviário	
			9.2.1.5 Sinalização	
9.2.2 Estacionamento				
10. Cultura				
10.1 Património cultural				
11. Cidadania e Governação	11.1 Participação da população nos processos de tomada de decisão (educação/sensibilização; acesso à informação e corresponsabilização)			
	11.2 Funcionamento e competências da autarquia			
	11.3 Processo de elaboração do PDM	11.3.1 Financiamento do PDM		
		11.1.2 Tramitação procedimental		
	11.4 Planeamento intermunicipal			
	11.5 Articulação das políticas sectoriais			

O TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS | **As Dúvidas**

No total das sete sessões foram levantadas **356** dúvidas. Apresentam-se na Tabela 4 a distribuição das dúvidas colocadas por vetor estratégico.

Tabela 4. Dúvidas distribuídas por vetor estratégico

Sessões do Fórum D&C	Habituação & Espaço envolvente	Economia, Emprego e Competitividade	Ambiente Natural e Paisagem	Espaços de Uso Colectivo	Mobilidade e Transportes
PSA	9	5	8	7	6
Famões	9	5	7	3	6
Olival Basto	8	8	14	2	7
Pontinha	14	7	6	12	10
Odivelas	12	10	10	11	10
Caneças	26	12	19	16	27
Ramada	14	8	7	8	13
Total	92	55	71	59	79
Total (%)	26%	15%	20%	17%	22%

Fonte: CIVITAS/DCEA/FCT/UNL

Os vetores HABITAÇÃO E ESPAÇO ENVOLVENTE e MOBILIDADE E TRANSPORTES seguidos do AMBIENTE NATURAL E PAISAGEM são os que mais dúvidas, no conjunto das sete sessões, suscitam.

Contrariamente, o vetor ECONOMIA, EMPREGO E COMPETITIVIDADE foi aquele que, no conjunto das sete sessões, menos dúvidas suscitou.

No que respeita ao âmbito territorial das abordagens ao nível da formulação das dúvidas, verifica-se, pela leitura da Tabela 5, que este se situa principalmente ao nível da freguesia, ainda que haja um número significativo de questões relativamente ao qual não foi possível identificar o âmbito de abordagem, apresentando uma dimensão bastante genérica.

Tabela 5. Âmbito territorial das dúvidas por vetor estratégico

Vector estratégico	Dúvidas	Âmbito de abordagem				
		B	F	Mun	Met	N_Esp
Habituação & Espaço envolvente	92	20%	22%	5%	0%	53%
Economia, Emprego e Competitividade	55	5%	38%	11%	2%	44%
Ambiente Natural e Paisagem	71	4%	48%	10%	3%	35%
Espaços de Uso Colectivo	59	10%	36%	7%	2%	46%
Mobilidade e Transportes	79	8%	62%	11%	10%	9%
TOTAL	356	10%	41%	9%	3%	37%

Legenda: B - Bairro; F - Freguesia; Mun - Município; Met - Metropolitano; N_Esp - Não especificado

Fonte: CIVITAS/DCEA/FCT/UNL

A leitura desta tabela sugere-nos, ainda, a falta de contextualização metropolitana das preocupações expressas nas questões formuladas pelos grupos de trabalho.

No que respeita à composição temática das dúvidas colocadas (Cf. Figura 3), passamos a referir os temas abordados por ordem decrescente:

- 1.º | *Ocupação do Território e Biodiversidade*
- 2.º | *Mobilidade e Acessibilidade*
- 3.º | *Equipamentos e serviços de uso coletivo*
- 4.º | *Áreas Urbanas de Génese Ilegal*
- 5.º | *Tecido Empresarial*
- 6.º | *Ambiente*
- 7.º | *Desenho Urbano*
- 8.º | *Cidadania e Governação*
- 9.º | *Política Municipal de habitação*
- 10.º | *Cultura*
- 11.º | *Proteção Civil*

Os subtemas que compõem as temáticas *Tecido Empresarial*, *Cidadania e Governação*, *Política Municipal de habitação*, *Cultura* e *Proteção Civil*, distribuem-se uniformemente. Ao contrário das restantes temáticas que apresentam uma clara preponderância de subtemas específicos.

Ao nível da *Ocupação do Território e Biodiversidade* a principal temática abordada foi a *Definição de uso do solo*. Ao nível da *Mobilidade e Acessibilidade*, o subtema mais abordado foi *Vias de circulação rodoviária*. Ao nível dos *Equipamentos e serviços de uso coletivo* dominaram dois subtemas, os *Espaços de recreio e lazer* e os *Equipamentos de desporto*. No que respeita às *Áreas Urbanas de Génese Ilegal*, claramente as preocupações que se colocaram foram ao nível da *Resolução urbanística dos bairros* (legalização/requalificação). Na temática do *Ambiente* a principal questão abordada foi a *Limpeza e desobstrução de linhas de água*. E, por fim, no que respeita ao *Desenho Urbano* há uma clara concentração das preocupações na *Qualidade do espaço público*.

Para além deste tipo de leitura, é também possível efetuar uma leitura dos temas por vetor estratégico.

Neste sentido, podemos verificar que os temas mais abordados pelos grupos que discutiram o vetor da HABITAÇÃO E SUA ENVOLVENTE centraram-se, sobretudo, nos temas *Ocupação do Território e Biodiversidade* e *Áreas Urbanas de Génese Ilegal*. Os grupos que discutiram ECONOMIA, EMPREGO E COMPETITIVIDADE centram-se no tema *Tecido Empresarial* e *Ocupação do Território e Biodiversidade*. Os grupos que abordaram o vetor AMBIENTE NATURAL E PAISAGEM centraram a sua discussão nos temas *Ocupação do Território e Biodiversidade* e *Ambiente*. Os grupos que discutiram o vetor ESPAÇOS DE USO COLETIVO centraram-se nos temas *Equipamentos e serviços de uso coletivo* e *Ocupação do Território e Biodiversidade*. Por fim os grupos que abordaram o vetor MOBILIDADE E TRANSPORTES centram-se essencialmente no tema *Mobilidade e Acessibilidade*.

Com efeito, verificamos que em cada vetor estratégico as temáticas mais abordadas são, claramente, as mais clássicas no seio do respetivo vetor. No entanto, verificamos também a transversalidade dos temas *Ocupação do Território e Biodiversidade* e *Ambiente*, que estão presentes em todos os vetores estratégicos, à exceção do vetor MOBILIDADE E TRANSPORTES.

O TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS | **As RECOMENDAÇÕES**

Foram recolhidas 219 recomendações, das quais 44 foram classificadas como comentários gerais, sem qualquer enquadramento nos cinco vetores estratégicos. Por este motivo, apenas se consideraram, para efeitos de tratamento e análise de dados, as recomendações enquadradas nos cinco vetores, o que fez um total de 175 recomendações.

Apresentam-se na Tabela 6 a distribuição das dúvidas colocadas por vetor estratégico.

Tabela 6. Recomendações por vetor estratégico

Sessões do Fórum D&C	Habituação e espaço envolvente	Economia, emprego e competitividade	Ambiente natural e paisagem	Espaços de uso colectivo	Mobilidade e transportes	Comentários Gerais
PSA	1	2	2	3	4	5
Famões	7	7	6	11	4	6
Olival Basto	7	3	5	7	6	8
Pontinha	6	1	4	5	8	13
Odivelas	9	1	6	7	11	1
Caneças	7	1	3	8	6	5
Ramada	1	1	9	2	4	6
Total	38	16	35	43	43	44
Total (%)	17%	7%	16%	20%	20%	20%

Fonte: CIVITAS/DCEA/FCT/UNL

Os vetores que suscitaram maior número de recomendações foram MOBILIDADE E TRANSPORTES e ESPAÇOS DE USO COLETIVO, que representam 20% cada do total das recomendações apresentadas.

À semelhança do que se passa na colocação de dúvidas, é, uma vez mais, o vetor ECONOMIA, EMPREGO E COMPETITIVIDADE aquele que merece um menor número de recomendações. Contudo e contrariamente ao que sucede na colocação de dúvidas, verifica-se, no universo das recomendações elaboradas, uma maior heterogeneidade entre os cinco vetores.

Relativamente ao âmbito das recomendações propostas pelos grupos à equipa do PDM, constata-se uma coincidência face ao âmbito das dúvidas suscitadas no conjunto das sete sessões.

Tabela 7. Âmbito territorial das recomendações por vetor estratégico

Vector estratégico	N.º de recomendações	Âmbito de abordagem				
		B	F	Mun	Met	N_Esp
Habituação & Espaço envolvente	38	21%	32%	11%	3%	34%
Economia, Emprego e Competitividade	16	6%	44%	0%	0%	50%
Ambiente Natural e Paisagem	35	14%	43%	3%	0%	40%
Espaços de Uso Colectivo	43	2%	51%	7%	0%	40%
Mobilidade e Transportes	43	14%	30%	14%	5%	37%
TOTAL	175	12%	39%	8%	2%	39%

Legenda: B - Bairro; F - Freguesia; Mun - Município; Met - Metropolitano; N_Esp - Não especificado

Fonte: CIVITAS/DCEA/FCT/UNL

A leitura da Tabela 7 permite-nos verificar que as recomendações se situam maioritariamente a nível local (âmbito de freguesia, mas também de bairro). Sendo também de assinalar o número de recomendações que não especifica qualquer âmbito, assumindo uma dimensão genérica.

No que respeita à composição temática das recomendações formuladas (Cf. Tabela 3), passamos a referir os temas abordados por ordem decrescente:

- 1.º | *Equipamentos e serviços de uso coletivo*
- 2.º | *Mobilidade e Acessibilidade*
- 3.º | *Ocupação do Território e Biodiversidade*
- 4.º | *Áreas Urbanas de Génese Ilegal e Ambiente*
- 5.º | *Tecido Empresarial*
- 6.º | *Desenho Urbano*
- 7.º | *Política Municipal de habitação e Cultura*
- 8.º | *Cidadania e Governação*
- 9.º | *Proteção Civil*

Ao nível da elaboração de recomendações e comparativamente à análise temática das dúvidas colocadas, verifica-se uma distribuição mais uniforme dos subtemas que integram os grandes temas.

Há, contudo, a referir quatro grandes temas que apresentam uma notória concentração em questões específicas e que coincidem exatamente com as questões mais abordadas ao nível da colocação de dúvidas.

Estes temas são *Equipamentos e serviços de uso coletivo*; *Ocupação do Território e Biodiversidade*; *Áreas Urbanas de Génese Ilegal* e *Desenho Urbano*.

No que respeita ao tema dos *Equipamentos e serviços de uso coletivo*, os subtemas mais recorrentes são os *Espaços de recreio e lazer* e os *Equipamentos de desporto*. Ao nível da *Ocupação do Território e Biodiversidade* uma vez mais são as questões de *Definição de uso do solo* que dominam as recomendações efetuadas. Nas *Áreas Urbanas de Génese Ilegal* é também a *Resolução urbanística dos bairros* (legalização/requalificação) o principal subtema abordado e, por fim, ao nível do *Desenho Urbano*, as principais preocupações assentam na *Qualidade do espaço público*.

Quanto à leitura dos temas por vetor estratégico, não há grandes diferenças quando comparada com a leitura efetuada no domínio das dúvidas.

Uma vez mais os principais temas abordados correspondem exatamente aos mais clássicos, com a diferença que no domínio das recomendações o tema *Ocupação do Território e Biodiversidade* deixa de estar presente em todos os vetores (mantém-se no vetor HABITAÇÃO E SUA ENVOLVENTE E AMBIENTE NATURAL E PAISAGEM).

DESIGNAÇÃO	PÁGINA WEB	
TIPO de Ação	Produção e disseminação de informação técnica Promoção da participação pública [interna & externa]	ETAPA DO PROCESSO Elaboração Acompanhamento Concertação Discussão Pública Publicação
DESCRIÇÃO	Site dedicado ao PDMO composto por um conjunto de elementos informativos de interesse geral, mas também específico do território de Odivelas.	
OBJETIVO	Divulgar o processo de elaboração do PDMO; Disseminar informação no domínio do ordenamento do território e desenvolvimento sustentável em geral, e relativa ao processo de elaboração do PDMO em particular; Apelar à participação de todos os interessados nos processos de tomada de decisão, em particular no que se refere à elaboração do PDMO.	
METODOLOGIA / ESTRUTURA	A página web do PDM obedece à seguinte estrutura: • ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL Esta rubrica proporciona um enquadramento estratégico do PDM de Odivelas, adotando uma abordagem do território ao nível das freguesias, relativamente aos traços fundamentais de um diagnóstico e de um cenário de desenvolvimento estratégico. (http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/A.htm); • O PLANEAMENTO DIRETOR MUNICIPAL Esta rubrica diz respeito ao PDM legalmente em vigor e ao PDM em elaboração, no âmbito da qual se procura esclarecer dúvidas de cariz procedimental e se disponibilizam os estudos base que enformam o PDM em elaboração. (http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/B.htm); Esta rubrica inclui, também, um conjunto de esclarecimentos genéricos sobre a temática do ordenamento do território e desenvolvimento sustentável em formato de <i>FAQ List</i>, assim como sobre a importância da participação da população nos processos de tomada de decisão, facultando um espaço de diálogo com a Câmara - o Opine - através do qual qualquer interessado poderá remeter à Câmara uma sugestão, uma opinião ou mesmo uma reclamação. É, também, disponibilizada uma cronologia do processo de elaboração do PDM (http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/opine/index.htm); • RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR Rubrica que reúne informação relativa aos Planos Municipais de Ordenamento do Território, em vigor e em elaboração, dando desta forma cumprimento ao quadro legal da política nacional de ordenamento do território e do urbanismo que estabelece a obrigatoriedade dos municípios divulgarem, na internet, a relação dos instrumentos de gestão do território (http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/R.htm). • MONITORIZAÇÃO DO ESTADO DO TERRITÓRIO Esta página foi desenvolvida com o objetivo de divulgar os principais aspetos resultantes da atuação de monitorização do estado do território do concelho de Odivelas. Sendo várias as áreas sectoriais associadas à monitorização do território, presentemente apenas se disponibiliza informação relativa à Gestão do Ruído e Qualidade do Ar. (http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/F.htm) • INICIATIVA DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA Esta rubrica foi criada para acompanhar a dinamização das iniciativas de promoção do exercício de cidadania, no âmbito do processo de elaboração do PDM. (http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/C.htm)	

- **PLATAFORMA COLABORATIVA DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

A Plataforma Colaborativa do PDM de Odivelas foi criada com o objectivo de facilitar os trabalhos da Comissão de Acompanhamento, bem como outros agentes directamente envolvidos na discussão e aprovação do projecto.

Esta plataforma disponibiliza informação a diferentes níveis consoante o papel de cada agente: o público, os membros da comissão, os eleitos, os serviços técnicos municipais e a equipa técnica.
(<http://pdm.cm-odivelas.pt/>)

PÚBLICO-ALVO Munícipes e agentes de desenvolvimento local;
Técnicos da administração local e central;
Comunidade científica.

OBSERVAÇÕES A página web do PDM de Odivelas encontra-se em:
<http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/index.htm>

DESIGNAÇÃO		EXPOSIÇÃO ITINERANTE	
TIPO de Ação	Produção e disseminação de informação técnica Promoção da participação pública [interna & externa]	ETAPA DO PROCESSO	Acompanhamento
DESCRIÇÃO	Exposição itinerante sobre os conteúdos do PDMO em elaboração		
OBJETIVO	A realização desta exposição itinerante respondeu a dois objetivos distintos, contudo complementares. Por um lado funcionou como suporte de divulgação das iniciativas Ciclo de Seminários <i>Os desafios do desenvolvimento sustentável</i> e <i>Fórum Desenvolvimento & Cidadania</i> e, por outro, como suporte informativo, com propósitos pedagógicos em matéria de ordenamento do território e desenvolvimento sustentável no que respeita à realidade do território de Odivelas.		
METODOLOGIA / ESTRUTURA	Esta exposição foi concebida em articulação com o Ciclo de Seminários <i>Os desafios do desenvolvimento sustentável</i>, o <i>Fórum Desenvolvimento e Cidadania</i> e a revista “<i>Odivelas... O futuro constrói-se hoje</i>”, não só ao nível dos conteúdos, como da própria itinerância. É composta por 5 expositores de dupla face com a dimensão 1,90mX1,00m e no que respeita aos conteúdos, estes foram definidos em articulação com conteúdos da Revista “<i>Odivelas..., O futuro constrói-se hoje</i>”. Painel 1 Introdução e enquadramento estratégico; Caracterização do território e dinâmicas territoriais Painel 2 Componentes ambientais; Ambiente / Mobilidade; Painel 3 Espaços colectivos e património construído; Modelo de ordenamento e gestão territorial Painel 4 Políticas urbanas de desenvolvimento I; Políticas urbanas de desenvolvimento II Painel 5 O concelho de Odivelas (contextualização na AML e linhas de desenvolvimento); As Freguesias (Painel específico para cada uma das freguesias com historial; caracterização territorial, sócio-demográfica e económica; linhas de orientação estratégica com incidência nas freguesias; identificação dos pontos fracos e das potencialidades estratégicas) O programa de itinerância da exposição foi concebido de forma a abranger a totalidade do Concelho. Entre Junho e Outubro de 2006 a exposição esteve patente em locais centrais de cada freguesia, anunciando a discussão e apelando à participação de todos no processo de planeamento estratégico e de planeamento diretor municipal do concelho de Odivelas.		
PÚBLICO-ALVO	Municípios e agentes de desenvolvimento local		
PARCEIROS	Juntas de Freguesia, colectividades e outros agentes de desenvolvimento local.		
OBSERVAÇÕES	Calendário/programa da iterância e parceiros envolvidos disponível em http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/C4.htm		

DESIGNAÇÃO		PUBLICAÇÃO DA REVISTA “ODIVELAS... O FUTURO CONSTRÓI-SE HOJE”	
TIPO de Ação	Produção e disseminação de informação técnica Promoção da participação pública [interna & externa]	ETAPA DO PROCESSO	Acompanhamento
DESCRIÇÃO	Revista com propostas para o território de Odivelas, elaborada no âmbito do processo de elaboração do PDM, que acompanha a exposição itinerante e o Fórum Desenvolvimento & Cidadania.		
OBJETIVO	Divulgar e facilitar o acesso à informação, de forma a garantir uma população mais esclarecida, capaz de intervir nas tomadas de decisão de forma mais eficaz e qualitativamente mais significativa. A produção desta revista visa, mais especificamente, clarificar algumas dúvidas relativas à elaboração de Planos Diretores Municipais e apresentar algumas propostas relativas ao território de Odivelas.		
METODOLOGIA / ESTRUTURA	Esta revista obedece à seguinte estrutura: 1 O PDM e o sistema de planeamento estratégico; 2 Processo de divulgação e participação pública; 3 Orientações estratégicas; 4 Caracterização do território; 5 Atividades económicas; 6 Dinâmicas territoriais; 7 Componentes ambientais; 8 Valores culturais; 9 Espaços públicos de sociabilidade e equipamentos coletivos; 10 Mobilidade, acessibilidades e transportes públicos; 11 Modelos do território; 12 Políticas e medidas sectoriais de desenvolvimento urbano.		
PÚBLICO-ALVO	Municípios e agentes de desenvolvimento local		
OBSERVAÇÕES	Esta revista também pode ser consultada em formato digital em: http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/anexos/PDM_revista.pdf		

BIBLIOGRAFIA

CENTRO PORTUGUÊS DE DESIGN – O chão da Cidade: Guia de avaliação do design do espaço público. Lisboa: CPD, 2002. ISBN 972-9445-19-2

CIVITAS / DCEA / FCT / UNL – Fórum PDM Desenvolvimento e Cidadania (Sessão agentes de desenvolvimento). Odivelas, 3 Julho 2006

CIVITAS / DCEA / FCT / UNL – Fórum Desenvolvimento e Cidadania: Póvoa de St.º Adrião. Odivelas, 7 Setembro 2006

CIVITAS / DCEA / FCT / UNL – Fórum Desenvolvimento e Cidadania: Famões. Odivelas, 14 Setembro 2006

CIVITAS / DCEA / FCT / UNL – Fórum Desenvolvimento e Cidadania: Olival Basto. Odivelas, 21 Setembro 2006

CIVITAS / DCEA / FCT / UNL – Fórum Desenvolvimento e Cidadania: Pontinha. Odivelas, 28 Setembro 2006

CIVITAS / DCEA / FCT / UNL – Fórum Desenvolvimento e Cidadania: Odivelas. Odivelas, 3 Outubro 2006

CIVITAS / DCEA / FCT / UNL – Fórum Desenvolvimento e Cidadania: Caneças. Odivelas, 12 Outubro 2006

CIVITAS / DCEA / FCT / UNL – Fórum Desenvolvimento e Cidadania: Ramada. Odivelas, 19 Outubro 2006

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – *Vocabulário do ordenamento do território*. Lisboa: DGOTDU, 2000. (Colecção Informação 5). ISBN 972-8569-05

ANEXOS

ANEXO I

AVISO DA II SÉRIE DO DIÁRIO DA REPÚBLICA

APÊNDICE N.º 82 – II SÉRIE – N.º 151 – 2 de Julho de 2001

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA

Aviso n.º 5352/2001 (2.ª série) — AP. — *Contratação a termo certo.* — Para os devidos efeitos, torna-se público que esta Câmara Municipal por despacho do presidente da Câmara de 30 de Abril de 2001, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo por urgente conveniência de serviço, com início a 2 de Maio de 2001, e pelo prazo de 12 meses, eventualmente renováveis, com o trabalhador Vítor Manuel Pereira Rosa, para exercer as funções de auxiliar de serviços gerais, a remunerar pelo 1.º escalão, índice 120 (72 700\$), da Tabela Salarial da Função Pública.

3 de Maio de 2001. — O Presidente da Câmara, Vítor Miguel M. Arnaut Pombeiro.

Aviso n.º 5353/2001 (2.ª série) — AP. — *Contratação a termo certo.* — Para os devidos efeitos, torna-se público que esta Câmara Municipal por despacho do presidente da Câmara de 11 de Maio de 2001, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo por urgente conveniência de serviço, com início a 14 de Maio de 2001, e pelo prazo de 12 meses, eventualmente renováveis, com o trabalhador Eugénio Gomes Domingos, para exercer as funções de auxiliar de serviços gerais, a remunerar pelo 1.º escalão, índice 120 (72 700\$), da Tabela Salarial da Função Pública.

14 de Maio de 2001. — O Presidente da Câmara, Vítor Miguel M. Arnaut Pombeiro.

Aviso n.º 5354/2001 (2.ª série) — AP. — *Contratação a termo certo.* — Para os devidos efeitos, torna-se público que esta Câmara Municipal por despacho do presidente da Câmara de 11 de Maio de 2001, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo por urgente conveniência de serviço, com início a 14 de Maio de 2001, e pelo prazo de 12 meses, eventualmente renováveis, com a trabalhadora Vânia Raquel Mendes Ventura, para exercer as funções de auxiliar administrativo, a remunerar pelo 1.º escalão, índice 120 (72 700\$), da Tabela Salarial da Função Pública.

15 de Maio de 2001. — O Presidente da Câmara, Vítor Miguel M. Arnaut Pombeiro.

Aviso n.º 5355/2001 (2.ª série) — AP. — *Contratação a termo certo.* — Para os devidos efeitos, torna-se público que esta Câmara Municipal por despacho do presidente da Câmara de 11 de Maio de 2001, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo por urgente conveniência de serviço, com início a 14 de Maio de 2001, e pelo prazo de 12 meses, eventualmente renováveis, com a trabalhadora Nélia Susana Grilo Coelho, para exercer as funções de auxiliar administrativo, a remunerar pelo 1.º escalão, índice 120 (72 700\$), da Tabela Salarial da Função Pública.

15 de Maio de 2001. — O Presidente da Câmara, Vítor Miguel M. Arnaut Pombeiro.

Aviso n.º 5356/2001 (2.ª série) — AP. — *Contratação a termo certo.* — Para os devidos efeitos, torna-se público que esta Câmara Municipal por despacho do presidente da Câmara de 11 de Maio de 2001, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo por urgente conveniência de serviço, com início a 14 de Maio de 2001, e pelo prazo de 12 meses, eventualmente renováveis, com a trabalhadora Sara Alexandra Santos Aparício Mendes, para exercer as funções de auxiliar administrativo, a remunerar pelo 1.º escalão, índice 120 (72 700\$), da Tabela Salarial da Função Pública.

15 de Maio de 2001. — O Presidente da Câmara, Vítor Miguel M. Arnaut Pombeiro.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Aviso n.º 5357/2001 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 31 de Janeiro de 2001, foi celebrado contrato a termo certo, nos termos do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, pelo período de 5 de Fevereiro de 2001 a 4 de Agosto de

2001, com Madalena de Palma Guerreiro, na categoria de técnico superior bibliotecário/arquivista. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2001. — O Vereador do Pelouro de Recursos Humanos, Manuel José dos Mártires Rodrigues.

Aviso n.º 5358/2001 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 31 de Janeiro de 2001, foi celebrado contrato a termo certo, nos termos do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, pelo período de 19 de Fevereiro de 2001 até à extinção do GTL de Monte Gordo, com Maria Perpétua Domingos de Almeida, na categoria de arquitecto paisagista. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2001. — O Vereador do Pelouro de Recursos Humanos, Manuel José dos Mártires Rodrigues.

Aviso n.º 5359/2001 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho da presidência de 28 de Fevereiro de 2001, foi celebrado contrato a termo certo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com início em 1 de Março de 2001 e termo em 31 de Maio de 2002, com João Martinho Félix Gomes, na categoria de auxiliar de serviços gerais. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2001. — O Vereador do Pelouro de Recursos Humanos, Manuel José dos Mártires Rodrigues.

COMISSÃO INSTALADORA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Aviso n.º 5360/2001 (2.ª série) — AP. — *Plano Director Municipal de Odivelas. — Processo de elaboração.* — Em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, torna-se público que a Comissão Instaladora do Município de Odivelas, deliberou por unanimidade, dar início ao processo de elaboração do Plano Director Municipal de Odivelas, para o qual se prevê a duração de aproximadamente três anos. Para tal se transcreve extracto da minuta da acta da 7.ª reunião ordinária da Comissão Instaladora, realizada em 3 de Abril de 2001, referente ao ponto 4.º, relativo ao Plano Director Municipal de Odivelas:

Deliberado por unanimidade, de acordo com o proposto na informação 8/LG/DPE/DPDM, de 20 de Março de 2001, com despacho do presidente:

Iniciar o processo de elaboração do PDM de Odivelas;
Aprovar os princípios fundamentais para a elaboração do PDM;

Aprovar a metodologia e calendarização geral do processo de elaboração do PDM;

Aprovar o fascamento da elaboração do PDM e respectivo conteúdo;

Mais se deliberou, que o programa preliminar do PDM seja objecto de deliberação da Comissão Instaladora.

Mais se faz saber que, de acordo com o n.º 2 do artigo 77.º do mesmo diploma legal, se encontra aberto, pelo período de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o prazo para a formulação de sugestões ou apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do PDM, mediante carta dirigida ao presidente da Comissão Instaladora para a seguinte morada: Avenida de D. Dinis, 96-C, 2675-330 Odivelas.

15 de Maio de 2001. — O Presidente da Comissão Instaladora, Manuel Vargues.

JUNTA DE FREGUESIA DO CANIÇAL

Aviso n.º 5361/2001 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se deliberou que esta Junta de Freguesia, por deliberação

ANEXO II

AVISO À POPULAÇÃO

Município de Odivelas
Informação n.º 22/2001

Processo Nº 40104/2001
Folha Nº 112

MUNICÍPIO ODIVELAS
COMISSÃO INSTALADORA

Plano Director Municipal de Odivelas
Processo de Elaboração

A Comissão Instaladora do Município de Odivelas, vai dar início ao processo de elaboração do **Plano Director Municipal de Odivelas (PDM)**, para o qual se prevê a duração de aproximadamente três anos.

Com o objectivo de promover a participação da população do Concelho de Odivelas na realização deste processo, está a decorrer até ao dia **13 de Agosto de 2001** o prazo para a audição do público, durante o qual, os interessados poderão proceder à formulação de sugestões ou apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do PDM de Odivelas.

O PDM é um instrumento de grande importância com vista a dotar o Município dum modelo espacial que sintetize uma estratégia sustentada de desenvolvimento e ordenamento local, integrada a nível regional e nacional.

Assim, caso o considere, deverá apresentar as suas observações ou sugestões em carta devidamente identificada, e dirigida ao Presidente da Comissão Instaladora do Município de Odivelas, para a morada: Av. D. Dinis, 96-C • 2675-330 Odivelas.

Colabore connosco.

Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo
Telefone: 21 934 44 00 Fax: 21 934 44 09
E-mail: rpublic@mun-odivelas.pt

ANEXO III

CICLO DE SEMINÁRIOS “OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

ciclo de seminários
desafios do desenvolvimento sustentável

→ MOBILIDADE E ESPAÇO PÚBLICO
11 de Maio, 14:00h

→ POLÍTICAS DE 3.ª GERAÇÃO -
Modelos de Desenvolvimento e Governança
18 de Maio, 14:00h

→ PROCESSO DE URBANIZAR E PAISAGEM
08 de Junho, 14:00h

Local:
CAELO – auditório

Município de ODIVELAS

www.cm-odivelas.pt

<http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/C.htm>

ANEXO IV

FÓRUM DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA



<http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/C3.htm>

ANEXO V

PÁGINA WEB



<http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/index.htm>

ANEXO VI

EXPOSIÇÃO ITINERANTE



ANEXO VII

REVISTA “ODIVELAS... O FUTURO CONSTRÓI-SE HOJE.”



<http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/C5.htm>